

Bizuu 21 Tecnologia e Serviços S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
(preparadas pela Administração)

1. Contexto operacional

A Bizuu 21 Tecnologia e Serviços S.A., com um histórico de três anos no mercado, dedica-se ao desenvolvimento de consultoria e estudos de processos, sistemas e tecnologia para a prestação de serviços. Os serviços abrangem uma variedade de modalidades, incluindo atendimento presencial, remoto, via telefone, internet e aplicativos. Atende uma ampla gama de clientes, que inclui pessoas físicas, jurídicas, empresas e organizações de diversos setores. A expertise do negócio está nas áreas de restauração (bares e restaurantes), hotelaria, indústria, transporte, saúde, comércio, meios de pagamento, intermediação financeira, marketing, comunicação, entretenimento, pesquisa, ensino, educação e serviços em geral.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As demonstrações apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/05/2025.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

3.1. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia adotaram o IFRS 9/CPC 48 - instrumentos financeiros em substituição ao IAS 39/CPC 38. As alterações relacionadas a essas políticas contábeis estão descritas a seguir:

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A companhia não tem instrumentos financeiros variáveis, ou derivativos em 31/12/2024.

Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivos encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada. Os valores a receber de clientes no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data-base.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente e o imposto são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Ademais, eventuais diferenças temporárias advindas de tratativas contábeis diferentes de tratativas fiscais, que tenham naturezas temporárias quanto a sua tributação e/ou dedutibilidade, são consideradas no cálculo dos impostos diferidos e classificadas no ativo ou passivo da empresa conforme cabível.

Eventuais prejuízos fiscais existentes, que gerarão futuro benefício econômico/fiscal para a empresa, são reconhecidos no ativo da sociedade conforme a expectativa futura de geração de resultados positivos que possam ser compensados com tais benefícios.

Em 31/12/2024 a sociedade acumula um prejuízo fiscal de MR\$ 3.835, o que representa aproximadamente MR\$ 1.150 de benefício fiscal. Em 31/12/2024 não foi reconhecido no balanço da sociedade esse benefício por não haver evidências suficientes de lucros futuros para sustentar o reconhecimento.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações poderiam impactar a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

3.6. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm

diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável/amortizável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação/amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.7. Ativo Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.9. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

3.12. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o IAS 12/CPC 32.

3.13. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias,

descontos comerciais, variação cambial e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

3.14. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.15. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotaram antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos – em moeda nacional	1	27
Aplicações financeiras de curto prazo	202	38
Total	203	65

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicação Financeira modalidade Aplic Aut Mais (CDB); CDB, Renda Fixa e Invest. Estruturados, rentabilidade de 97% do CDI ao ano.

5. Impostos a recuperar

	31.12.2024	31.12.2023
IRRF sobre aplicações	8	17
Saldo Negativo IRPJ	-	2
Tributos Pagos a Maior	1	
PIS/COFINS a Recuperar	3	
Total	12	19

6. Imobilizado/Intagível

Custo Imobilizado	Taxa Ano	31.12.2024	Adições	Baixas	31.12.2023
Celulares		3	1	-	2
Computadores e Acessórios		51	33	-	18
Subtotal Custo Imobilizado		54	34	-	20
Depreciação Celulares	10%	-	-	-	-
Depreciação Computadores e Acessórios	20%	(10)	(7)	-	(3)
Subtotal Depreciação Imobilizado		(10)	(7)	-	(3)
Total Líquido Imobilizado		44	27	-	17

Custo Intangível	31.12.2024	Adições	Baixas	31.12.2023
Marcas e patentes	6	-	-	6
Software	848	254	-	594
Subtotal Custo Intangível	854	254	-	600
Amortização Softwares	20%	(137)	(137)	-
Subtotal Amortização Intangível	(137)	(137)	-	-
Total Líquido Intangível	717	117	-	600

O software na modalidade aplicativo foi desenvolvido, e passou a ser amortizado no exercício de 2024, período em que a BIZUU começou a apresentar um faturamento mais expressivo, se comparado com o exercício de 2023.

As adições ao Intangível referem-se a melhorias e atualizações realizadas no aplicativo ao longo do período. A vida útil estimada pela administração para amortização, a partir do início operacional e geração de caixa em 2024, é de 5 anos. Dessa forma, a taxa anual de amortização aplicada é de 20% ao ano.

Os contratos com os prestadores de serviço concedem à Companhia o direito de propriedade do código fonte.

A Companhia desenvolveu o software atualmente utilizado no aplicativo. Os contratos com os prestadores de serviço concedem à Companhia o direito de propriedade do código fonte.

7. Obrigações trabalhistas

	31.12.2024	31.12.2023
INSS a recolher	-	9
Pró-labore e Salários	4	27
IR sobre trabalho assalariado	-	11
Total	4	47

8. Impostos e contribuições a recolher

	31.12.2024	31.12.2023
IRRF a recolher	-	1
Contribuições retidas a recolher	-	3
ISS retido a recolher	-	1
Total	-	5

9. Capital Social

No ano de 2024 houve aumento de capital conforme atas da reunião do Conselho de Administração datadas em 30/04/2024, 03/06/2024 e 26/11/2024. O aumento de capital, nas respectivas datas, foi de R\$1.370.404,00; R\$1.027.803,00 e R\$287.900,00. Totalizando um aumento de R\$2.686.107,00 em todo o ano. Abaixo é demonstrada a composição do capital social em 31/12/2024, de acordo com as ações e sócios, a primeira tabela refere-se ao montante em R\$, e a segunda tem por base a quantidade de quotas:

Sócio (Investidor)	Capital subscrito em 31/12/2023	Total subscrito no ano em R\$	Capital subscrito em 31/12/2024
ANTONIO DOS SANTOS MARMELO	R\$ 5.000,00	-	R\$ 5.000,00
LUIZ FERNANDO BRAGANÇA	R\$ 5.000,00	-	R\$ 5.000,00
ALIDIHAM HOLDINGS LTD	R\$ 1.470.000,00	-	R\$ 1.470.000,00
STEPHAN MAXIMILIAN LOBMEYR	R\$ 490.000,00	R\$ 558.526,00	R\$1.048.526,00
MARC PHILIPPE DE SPEVILLE	-	R\$ 558.526,00	R\$ 558.526,00
ANNE CATHERINE D H W DE BROUWER	-	R\$ 158.345,00	R\$ 158.345,00
LUKAS KLEIN	-	R\$ 224.562,00	R\$ 224.562,00
RENAUD JEAN HENRI GAILLARD	-	R\$ 100.765,00	R\$ 100.765,00
Alert Venture Foundry, LLC	-	R\$ 1.085.383,00	R\$ 1.085.383,00
Total	R\$ 1.970.000,00	R\$ 2.686.107,00	R\$ 4.656.107,00

Sócio (Investidor)	Qtd. ações 31/12/2023	Sub.* 1 (30/04/24)	Sub. 2 (14/06/24)	Sub.3 (26/11/24)	Qtd. ações 31/12/2024
ANTONIO DOS SANTOS MARMELO	5.000	-	-	-	5.000
LUIZ FERNANDO BRAGANÇA	5.000	-	-	-	5.000
ALIDIHAM HOLDINGS LTD	1.875	-	-	-	1.875
STEPHAN MAXIMILIAN LOBMEYR	625	174	-	20	819
MARC PHILIPPE DE SPEVILLE	-	174	-	20	194
ANNE CATHERINE D H W DE BROUWER	-	35	-	20	55
LUKAS KLEIN	-	58	-	20	78
RENAUD JEAN HENRI GAILLARD	-	35	-	-	35
Alert Venture Foundry, LLC	-	-	357	20	377
Total	12.500	476	357	100	13.433

*Sub significa Subscrição

As ações pertencentes aos sócios ANTONIO DOS SANTOS MARMELO e LUIZ FERNANDO BRAGANÇA (10.000) possuem valor nominal de R\$1,00.

As ações pertencentes aos sócios ALIDIHAM HOLDINGS LTD e STEPHAN MAXIMILIAN LOBMEYR, que foram subscritas antes de 2024 (2.500 ações), possuem valor nominal de R\$ 784,00.

As ações subscritas em 2024 (933 ações), para todos os sócios, possuem valor nominal de R\$ 2.879,00.

10.Despesas

	2024	2023
Salários e ordenados	61	72
Pró-labore	227	312
INSS	53	77
Assistência Médica e Social	36	23
13º Salário	1	1
Férias	3	2
FGTS	1	2
Indenizações e Aviso Prévio	2	1
Vale Transporte	7	3
Alimentação e Transporte	6	1
Seguros	1	1
<i>Despesa com pessoal</i>	398	495

	2024	2023
Depreciações	145	2
Propaganda e publicidade	854	208
Honorários advocatícios	80	85
Serviços de Informática	317	207
Serviços profissionais	151	67
Honorários contábeis	19	5
Energia elétrica	6	-
Telefone	10	1
Materiais de Escritório	2	2
Combustível/ Estacionamento	-	7
Informática, Desenvolvimento e Sistemas	103	121
Aluguéis	47	39
Locações de Bens Móveis	-	3
Hospedagem	2	4
Eventos	15	6
Licença de Software	88	11
Refeições/ Conduções	15	41
Serviços Prestados PF	5	-
Promoção Subsidiada	86	5
<i>Administrativas e gerais</i>	<i>1.945</i>	<i>814</i>
Impostos e taxas diversas	1	4
Taxas Diversas	-	3
<i>Contribuições impostos e taxas</i>	<i>1</i>	<i>7</i>
Outras Despesas	9	-
IOF	15	-
PIS-COFINS s/ Rendimento Aplicação Financeira	2	5
<i>Outras Despesas</i>	<i>26</i>	<i>5</i>
Total	2.370	1.321

11.Resultado financeiro

	2024	2023
Receita financeira		
Receita de aplicações financeiras	38	99
	38	99
Despesa financeira		
Despesas bancárias diversas	(13)	(9)
	(13)	(9)
Resultado Financeiro	25	90

12.Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração da companhia fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

ANTONIO DOS SANTOS MARMELO
Diretor
CPF: 003.957.267-60

OLIVIER GEORGES ROBERT GROLLEAU
Contador
CPF: 054.438.887-90
CRC – 1SP 337362/O-4